



ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
**MUNICÍPIOS  
PORTUGUESES**

## **SECÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**REUNIÃO PLENÁRIA | BRAGANÇA | TEATRO MUNICIPAL | 21.04.2023 | 11H00**

### **ATA DA REUNIÃO**

Reuniu no Teatro Municipal de Bragança, em Bragança, pelas 11H00 do dia 21 de abril de 2023, a Secção de Municípios para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Dedicada especificamente ao tema sobre os relatórios voluntários (nacional e locais) a reunião contou com as presenças constantes em anexo I e a ordem de trabalhos em anexo II tendo sido coordenada pelo Presidente da Mesa, Vítor Aleixo, Presidente da Câmara Municipal de Loulé, que contou com o apoio dos restantes elementos da Mesa presentes na reunião.

#### **PONTO 1: BOAS-VINDAS**

O Vereador Miguel Abrunhosa, em representação da Câmara Municipal de Bragança, deu as boas-vindas a todos os participantes, salientando a importância da realização de reuniões descentralizadas, em particular nos territórios de baixa densidade, como forma de se conhecerem as potencialidades locais, mas também as dificuldades acrescidas destes territórios.

#### **PONTO 2: INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA MESA DA SECÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA OS ODS**

O Presidente da Mesa da Secção deu nota do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelos membros da Secção, em particular pelos que integram os diversos grupos de trabalhos criados para implementação do plano de ação anteriormente aprovado em plenário.

Relativamente ao tema central da reunião referiu-se ao desafio que se coloca aos municípios quer ao nível da elaboração dos seus relatórios voluntários, quer ao nível da participação na elaboração do relatório voluntário nacional, a ser apresentado junto das Nações Unidas em junho próximo.



Sendo inquestionável que todos os municípios trabalham diariamente na implementação dos ODS, importa evoluir ao nível da monitorização e do reporte das metas que vão sendo alcançadas em cada um dos diferentes domínios. A informação sobre as metas alcançadas deverá ser vertida nos relatórios voluntários locais e, a partir destes, deverá ser elaborado o relatório voluntário nacional (RVN), documento da responsabilidade do Governo.

O Presidente da Mesa referiu-se ainda à sua participação enquanto representante da ANMP na Comissão Nacional de Acompanhamento para a Monitorização e Avaliação da Implementação dos ODS, criada pela RCM n.º 5/2023 de 23 de janeiro, dando nota dos trabalhos que têm vindo a ser desenvolvidos nesse âmbito, em particular os que se referem à elaboração do RVN. Apelou a todos os membros da Secção que participem na elaboração do documento, em particular em sede de consulta pública, cujo início está previsto para o próximo mês de maio, uma vez que este relatório será o retrato do País em matéria dos ODS, mundialmente exposto no quadro das Nações Unidas.

### **PONTO 3: RELATÓRIOS VOLUNTÁRIOS LOCAIS E RELATÓRIO VOLUNTÁRIO NACIONAL**

Maria João Rauch, especialista na área do desenvolvimento local integrado com base em sistemas de governança participativos, convidada pela ANMP a participar nesta sessão, fez uma apresentação detalhada (anexo III) sobre todo o processo de elaboração dos relatórios voluntários locais (RVL) e sobre o papel destes na monitorização das metas alcançadas pelo País ao nível de cada um dos 17 ODS.

Salientou as vantagens dos RVL, identificou fatores decisivos na sua elaboração, explicou o processo de elaboração, deu exemplos de estruturas do documento e apresentou alguns exemplos de RVL produzidos por municípios de diferentes dimensões, como forma de demonstrar que a elaboração destes relatórios está ao alcance de todos, pequenos e grandes municípios, com mais o menos recursos técnicos, humanos ou financeiros.

Aberto um período de perguntas e respostas, registaram-se as intervenções dos municípios de Braga, Loulé, Mafra, Pombal, Torres Vedras e Vila Nova de Famalicão que identificaram os principais constrangimentos com que se deparam ao nível da monitorização da implementação dos ODS, sobretudo os que resultam da falta de indicadores métricos uniformizados e à escala do município.



#### **PONTO 4: PARTILHAS DE BOAS PRÁTICAS MUNICIPAIS**

Na sequência do pedido formulado por membros da Secção para que em todas as reuniões plenárias exista um momento para partilha de boas práticas municipais, a Mesa decidiu incluir este ponto na ordem de trabalhos para que os interessados pudessem dar nota das suas experiências na elaboração dos RVL.

Neste sentido, os representantes dos municípios de Braga e de Mafra apresentaram os seus RVL partilhando a metodologia utilizada, as dificuldades sentidas e os objetivos alcançados. Participaram também no debate os representantes dos municípios de Bragança e de Pedrógão Grande para darem notas das dificuldades associadas à elaboração dos RVL, muito assentes na falta de recursos e de indicadores de resultado.

A representante da Câmara Municipal de Mafra partilhou informação sobre o galardão das Nações Unidas que distingue cidades de todo o mundo através de um processo de certificação assente num índice/mecanismo de monitorização acordado internacionalmente e que reconhece o sucesso das cidades na medição, avaliação e aceleração do seu desempenho relativamente às prioridades dos ODS.

#### **PONTO 4: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO RELATÓRIO SOBRE RVL ELABORADO PELO GRUPO DE TRABALHO DA SECÇÃO**

A representante da Câmara Municipal de Mafra, Vereadora Marta Gomes, apresentou a proposta de relatório elaborado pelo grupo de trabalho constituído por representantes dos municípios de Angra do Heroísmo, Câmara de Lobos, Loulé, Mafra e Matosinhos, bem como os resultados do inquérito lançado pela ANMP junto de todos os seus associados, que estão na base do referido documento e dele fazem parte (anexo IV).

Na sua apresentação destacou os principais constrangimentos identificados para a monitorização da implementação da Agenda 2030 e, conseqüentemente, para a elaboração dos RVL, nomeadamente a ausência de um plano específico de objetivos e metas a alcançar, a falta de



indicadores métricos à escala municipal, a necessidade de investimento em soluções tecnológicas que permitam a obtenção e o tratamento de dados, a escassez de recursos humanos, entre outros.

Destacou, igualmente, algumas das propostas da Secção neste domínio, tais como partilhar, sempre que se justifique relatórios, documentos de relevo e notícias relevantes acerca dos RVL e do VNR, desenvolver e dinamizar momentos de formação e/ou de capacitação, nomeadamente no âmbito das reuniões plenárias, recomendar aos municípios a criação nos seus serviços de equipa ou técnico dedicado aos ODS, entre outras, conforme texto do anexo IV.

Aberto um período de debate registou-se a intervenção da representante da Câmara Municipal da Mealhada que alertou para necessidade de serem criadas equipas de capacitação, disseminadas pelo território, com uma linha de financiamento dedicado. A Mesa da Secção tomou devida nota desta proposta, devendo a mesma ser incluída nos relatórios que estão a ser preparados nos domínios do financiamento ODS e da capacitação.

Não foi sugerida qualquer alteração ao documento apresentado pelo Grupo de Trabalho pelo que o mesmo foi validado pelo plenário e assumido como documento da Secção.

4

#### **PONTO 4: OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE**

O Presidente da Mesa da Secção deu nota do contacto estabelecido com o Secretário de Estado da Presidência de Conselho de Ministros, na sua qualidade de coordenador da ação governativa da Agenda 2030, para dar nota do interesse dos municípios em serem parte ativa e colaborante na redação do RVN2023, a ser apresentado junto das Nações Unidas. Informou ainda, ser intenção do Governo reunir com a ANMP durante o decorrer do período da consulta pública do referido relatório, período previsto para o mês de maio.

Não havendo qualquer outro assunto a debater, seguiu-se uma visita ao Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, a convite do Vereador da Câmara Municipal de Bragança e membro da Mesa da Secção, Miguel Abrunhosa.



ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
MUNICÍPIOS  
PORTUGUESES

## SECÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

REUNIÃO PLENÁRIA

Bragança, Teatro Municipal, 21 de abril de 2023, 11H00

### LISTA DE PRESENCAS

MUNICÍPIO	NOME (legível)	CARGO
1. Alcácer do Sal		
2. Aljezur		
3. Almada	Ruyana Almeida	Dir. Dep +
4. Almeida	Miguel Pinto	Técnico Superior
5. Almeirim		
6. Amadora		
7. Angra do Heroísmo	DECILO SANTOS	TÉCNICO SUPERIOR
8. Arcos de Valdevez		
9. Arronches	ONLINE	
10. Arruda dos Vinhos		
11. Baião		
12. Batalha		
13. Boticas	DOZINDA SANCHES	DIRIGENTE.
14. Braga	Hilda Costa	Gabinete Periduros
15. Bragança	Miguel Amador	Unidade
16. Cadaval	Diogo Duarte	Unidade
17. Câmara de Lobos	CLAUDIO RAMOS	TÉCNICO SUPERIOR
18. Cantanhede		
19. Carregal do Sal		
20. Cascais		
21. Castelo de Vide		



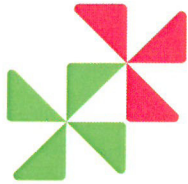
ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
**MUNICÍPIOS  
PORTUGUESES**

MUNICÍPIO	NOME (legível)	CARGO
22. Celorico de Basto	MARIA TERESA SECO	Chefe Unidade Ambiente
23. Coimbra	NUNO PIMENTA RITA FERNANDES	Directora Tecnologias e Inovação Chefe Centro de Inteligência Coimbra
24. Condeixa-a-Nova		
25. Entroncamento		
26. Estremoz	LUIS PARDAL	VEREADOR
27. Fafe	Marta Gonçalves	Vereadora
28. Ferreira do Zêzere		
29. Figueira da Foz	ONLINE	
30. Fundão	ONLINE	
31. Gondomar		
32. Guimarães		
33. Ílhavo		
34. Lagoa (Algarve)		
35. Lagos	Paulo Jorge Reis	Vice-Presidente
36. Lamego	Alexandra Hoffmann Cabrita	Coordenadora ODS locais
37. Leiria	LUIS LOPES	VEREADOR
38. Loulé	VITOR ALEIXO	PRESIDENTE
39. Loures	ONLINE	
40. Mafra	Ana Carolina Ferreira Marta Dutschmann Gomes	Dirigente Vereadora
41. Maia		
42. Matosinhos	MARUÊÇA ALVES	Vereadora
43. Mealhada	FILomena Pinheiro	Vice Presidente
44. Mértola		
45. Montemor-o-Velho		
46. Mourão	ONLINE	



ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
**MUNICÍPIOS  
PORTUGUESES**

MUNICÍPIO	NOME (legível)	CARGO
47. Odemira	ONLINE	
48. Odivelas	ONLINE	
49. Oliveira de Frades		
50. Oliveira do Bairro		
51. Ovar		
52. Paredes	Luís CARVALHO	Técnico Superior Dirigente USIS
53. Pedrógão Grande	ONLINE	
54. Pombal	Cláudia Costa	Técnica Superior
55. Ponte de Lima	Gonçalo Rayllins Pai Sauro	Vonnamon Candemador
56. Ponte de Sor	ONLINE	
57. Porto Moniz		
58. Póvoa de Varzim	Silva Gomes Costa	vereador Ambiente
59. Ribeira Brava		
60. Ribeira Grande		
61. Santarém	Diogo Gomes	VEREADOR
62. Seixal	ONLINE	
63. Sever do Vouga		
64. Sines		
65. Sintra		
66. Tavira		
67. Terras de Bouro		
68. Tomar	FILIPA FERNANDES	VEREADORA
69. Torres Vedras	Luís Rodrigues	
70. Vale de Cambra	ONLINE	
71. Valongo		



ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
MUNICÍPIOS  
PORTUGUESES

MUNICÍPIO	NOME (legível)	CARGO
72. Vendas Novas		
73. Viana do Castelo	ONLINE	
74. Vidigueira		
75. Vila Franca de Xira	ONLINE	
76. Vila Nova de Famalicão	Vitor Moreira	Director Municipal
77. Vila Nova de Foz Côa		
78. Vila Nova de Poiares	ONLINE	
79. Vila Pouca de Aguiar		
80. Calosimbes	Susana Trancão	
81. "	Elsa Severino	
82. "	Trançosa de Guilhermina	
83. <del>Bragança</del>	Rui Cortinhas	Técnica Superior de Desporto
84. BRAGANÇA	Aminda Rodrigues	DIRECTOR DO DEPARTAMENTO
85. SANTARÉM	Diogo Carvalho	ADJUNTO VENC. ADM.
86. ESTREMOZ	JOSÉ MANUEL MARANGA	CHEFE DE DIVISÃO
87. Bragança	Silvia Naquerr	Directora de Departamento
88. Bragança	Alexandre Chamin	CHEFE DE DIVISÃO
89. Bragança	Sónia Mendes	Técnica Superior
90. Bragança	Silvia Regalhão	Técnica Superior
91. Bragança	Branca Ribeiro	Chefe de Divisão
92. Bragança	Celia Penafiel	Técnica Superior
93. UCP/CEOP/GS	Pedro Neves	Prof. INVESTIGADOR ODS
94. Bragança	Márcia Moreno	Técnica Superior
95. Bragança	João Roberto	Chefe de Divisão
96. Bragança	João	tec. superior
97. Bragança	João Prazer	Chefe Divisão Águas
Bragança	Luísa Teixeira	Técnica Superior



## **SECÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**REUNIÃO PLENÁRIA | BRAGANÇA | TEATRO MUNICIPAL | 21.04.2023**

### **ORDEM DE TRABALHOS**

- 11H00 Boas-vindas (Câmara Municipal de Bragança)
  
- 11H15 Intervenção do Presidente da Mesa da Secção de Municípios para os ODS
  
- 11H30 Relatórios Voluntários Locais e Relatório Voluntário Nacional, por Maria João Rauch, especialista na área do desenvolvimento local integrado com base em sistemas de governança participativos.
  
- 12H00 Perguntas e respostas
  
- 12H30 Almoço oferecido pela Câmara Municipal de Bragança
  
- 14H30 Partilha de boas práticas municipais
  
- 15H30 Apresentação e discussão do relatório sobre RVL elaborado pelo GT da Secção
  
- 17H00 Final dos trabalhos

# A importância dos Relatórios Locais Voluntários na aceleração da implementação dos ODS.



**ANMP  
Secção ODS**

**Bragança  
21.04.2023**

**Maria João Filgueiras Rauch**

[mariajoao.rauch@gmail.com](mailto:mariajoao.rauch@gmail.com)

# Agenda 2030 e ODS

Assembleia Geral das NU adota em 2015:

## **“Transformando o nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”**

- Respetivos 17 ODS
- As 169 Metas
- 232 Indicadores

A primeira visão global partilhada, focada no Desenvolvimento Sustentável para todos!

# Agenda 2030 nas Cidades/Municípios

**MARÇO  
2015**

- **Quadro SENDAI para Redução de Risco de Catástrofes (2015-2030)**
- Reconhecimento da importância essencial do nível local na implementação deste quadro, em parceria com todos os outros agentes locais (privados, sociedade civil), nomeadamente através do planeamento urbano

**JULHO  
2015**

## **Adis Abeba Agenda**

Realçando a necessidade de uma arquitetura financeira (de várias fontes) de suporte para colmatar o “gap” de infraestrutura nos países em desenvolvimento

# Agenda 2030 nas Cidades/Municípios

**SETEMBRO  
2015**

## **Agenda 2030**

Com um objetivo dedicado (ODS 11)

A maioria dos indicadores de sucesso têm uma dimensão urbana e cerca de 2/3 dos indicadores são medidos mais a nível local

# Agenda 2030 nas **Cidades/Municípios**

**Dezembro  
2015**

- **Acordo de Paris sobre mudanças climáticas**
- Países acordaram a redução de emissões de carbono para garantir uma subida de temperatura < 2º
- Estima-se que as cidades produzem c.a. 70% das emissões

**Outubro  
2016**

- **Nova Agenda Urbana**
- Visão a 20 anos para ser implementada com um Roadmap para o ODS 11
- Requer cidades compactas, crescimento policêntrico, desenvolvimento orientado, espaços públicos adequados

# Agenda 2030 nas Cidades/Municípios

**Julho  
2018**

- **1º Forum de Governos Locais e Regionais (para a localização da Agenda 2030)**
- Forum Político de Alto Nível sobre SD
- NY apresenta o 1º VLR (RVL)

**Julho  
2019**

- **2º Forum de Governos Locais e Regionais (Nova Agenda Urbana)**
- Forum Político de Alto Nível sobre SD orientado e ainda espaços públicos adequados, ...
- Pacto Ecológico Europeu

**2020**

**Década da Ação para o Desenvolvimento Sustentável**

## Em Portugal:

- Relatório Nacional Voluntário (2017) e, agora, 2023
- Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2018-2022 (Julho 2018)
- Pacto Global das Migrações Seguras, Ordenadas e Regulares (Dezembro 2018)
- Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (Julho 2019)

...



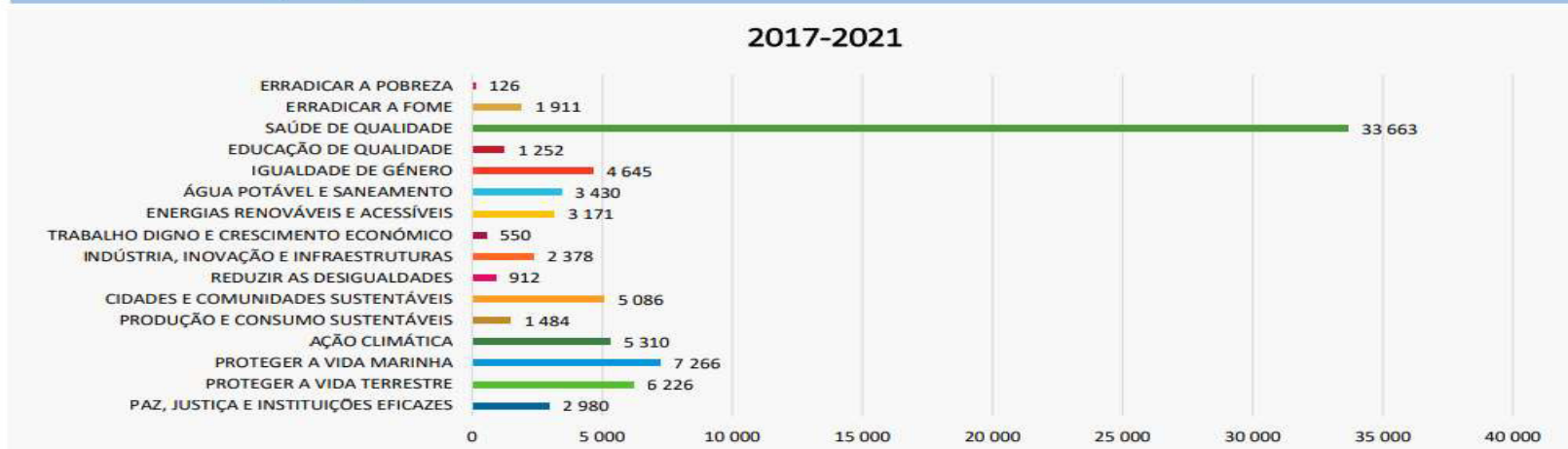
# Produção Científica ODS (2001-2021)

Produção Científica Portuguesa, 2001-2021: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

## OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



GRÁFICO 1 - Número de publicações



**Notas:** <sup>1</sup> Produção científica portuguesa indexada na Web of Science (core collection). Inclui apenas os documentos citáveis classificados como artigos e revisões. Cada publicação pode ser contabilizada em mais do que uma área. Por esse motivo, o resultado do somatório do número de publicações de todos os ODS é superior ao número de publicações classificadas em áreas ODS.

**Fontes:** DGEEC – Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência; InCitesTM database, Clarivate Analytics (atualizada a 25-11-2022).

# Portugal no Ranking Mundial

## Overall Performance

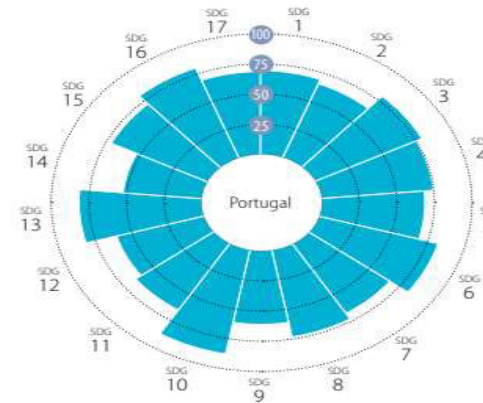
Index score



Index Rank

**Portugal**  
**18**

## Performance by SDG



## SDG Dashboards and Trends



Notes: The full title of Goal 2 "Zero Hunger" is "End hunger, achieve food security and improved nutrition and promote sustainable agriculture".  
The full title of each SDG is available at: <https://sustainabledevelopment.un.org/topics/sustainabledevelopmentgoals>  
Detailed results and methodology available online at <https://www.sdindex.org/EU>

# ODS 11



## TORNAR AS CIDADES E COMUNIDADES INCLUSIVAS, SEGURAS, RESILIENTES E SUSTENTÁVEIS



1.1. acesso à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos



1.3. urbanização inclusiva e sustentável, capacidades para o planeamento e gestão



1.5. pessoas afetadas por catástrofes e perdas económicas diretas



1.2. acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível



1.4. proteger e salvaguardar o património cultural e natural



1.6. impacto ambiental negativo per capita nas cidades (qualidade do ar, gestão de resíduos municipais)

# ODS 11



1.7. acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes



1.a. relações económicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais



1.b. políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação, resiliência



1.c. apoiar os países menos desenvolvidos nas construções sustentáveis e resilientes



- O ODS 11 está correlacionado com metas e indicadores de, pelo menos, mais 11 ODS
- Cerca de 1/3 dos 232 indicadores podem ser medidos a nível local
- 65% da Agenda não pode ser cabalmente implementada sem o envolvimento dos atores urbanos e locais

# O que é um Relatório Local Voluntário (RLV)?



ΔΗΜΟΣ ΣΚΙΑΘΟΥ  
MUNICIPALITY OF SKIATHOS

Voluntary  
Local Review  
2020



É uma ferramenta que permite às Cidades/Municípios:

- Medir o nível de implementação dos ODS e a respetiva contribuição para a Agenda 2030
- Criar consciencialização e priorizar ações relativas à sustentabilidade

# Atual situação de RLVs

Figure 1. Map of Voluntary Local Reviews, either available or planned to be published, on May 31, 2021.



## Europa

Amsterdão

Barcelona

Bona

Dusseldorf

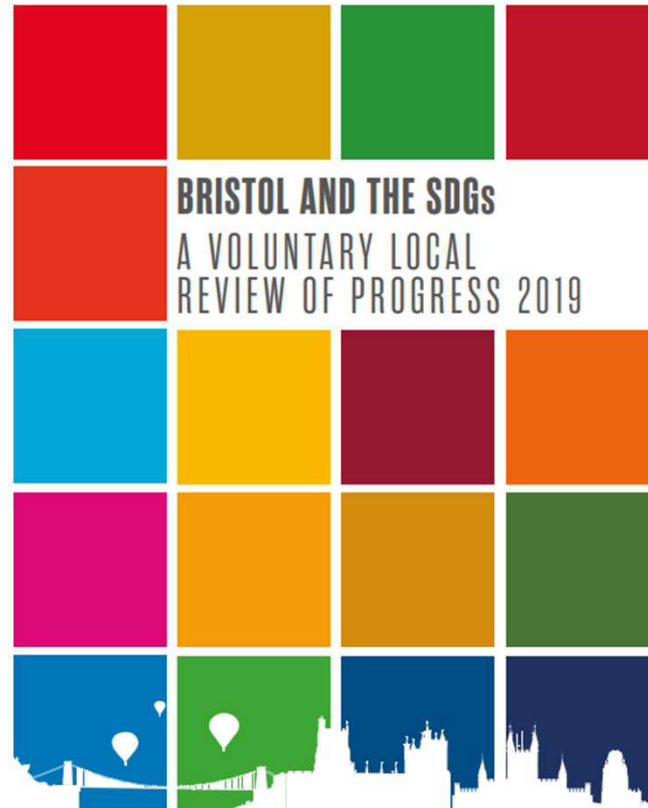
Kiel

Tampere

Turku

Gladsaxe

Bristol



## RLVs

**América – 2022 (13)  
Argentina e Brasil  
especialmente**

## O que traz o RLV aos Governos nacionais?

- Aumenta a capacidade de coordenação entre níveis de governação
- Dado que existe dificuldade em obter informação para a monitorização e que uma grande parte dos indicadores são medidos ao nível local, o trabalho conjunto torna o sistema mais eficaz para todos
- Harmonização da informação multinível
- Pode constituir-se como um importante instrumento de correção de assimetrias e disparidades através do princípio “Não deixar ninguém/nenhum local para trás”
- O processo de RLV tende para soluções à medida, adaptadas a cada contexto, trazendo riqueza de soluções mas seguindo um esquema comparável que estimula a aprendizagem entre pares
- Nesta Década da Ação os RLV são um instrumento decisivo para a aceleração da ação em todo o processo



## Porquê o Relatório Local Voluntário (RLV)?

- É um instrumento de “Benchmarking” a nível global (Europeu e Mundial)
- O caminho é tão importante como o produto, porque contribuem para o reforço das relações, quer internamente (interdepartamental) quer externamente, com os atores relevantes locais
- Caminho participativo para elaborar o RLV, permitindo reavaliar as políticas municipais
- Este caminho dá suporte a um modelo de Governação multinível (ligação ao RNV)
- Permitem a identificação das áreas que necessitam ação urgente e daquelas que têm maior capacidade transformativa
- O processo necessita de dados (mostrando também as fragilidades) que podem ser usados também no planeamento futuro

# Hamamatsu Voluntary Local Review 2019

“Hamamatsu, a creative city built on civil collaboration, shining into the future”

## Table of Contents

- Summary.....
- Introduction .....
- Preparation of This Report.....
- Policies and Enabling Environment.....
  - Creating Ownership for the Sustainable Development Goals.....
  - Consistency with National Policies and Incorporation the SDGs into Local Policy Framework.....
  - Integration of Economic, Social and Environmental Aspects.....
  - No One Left Behind: Actions for an Intercultural Society.....
  - Governance.....
- Structural Challenges.....
- Goals and Targets.....
- Measures and Means of Implementation .....

# Exemplo : cidade HAMAMATSU

- É a única cidade na zona Ásia/Pacífico cujo RLV se debruça sobre todos os 17 ODS
  
- Incorporou todos os ODS no seu próprio planeamento desde 2015
  
- Correlacionou os seus Indicadores de Desempenho (KPI) com os ODS, numa abordagem integrada ao desenvolvimento sustentável

<https://www.iges.or.jp/sites/default/files/inline-files/Hamamatsu.pdf>

## Alguns fatores decisivos para o RLV

- Empenhamiento político de alto nível
- Mensagem no RLV para assegurar a apropriação política do mesmo e aumentar o potencial de priorização do seu conteúdo
- Colaboração intermunicipal é fundamental para garantir a continuidade dos processos, independentemente dos ciclos políticos (política DS deve ser de longo termo), e para quebrar os silos existentes
- No trabalho, deverá fomentar-se a ampla participação de todos os agentes locais, incluindo os cidadãos, criando liderança e canais de comunicação entre parceiros
- Construção de redes que cubram o espectro vasto dos ODS

**MESMO EM PROCESSOS PARTICIPATIVOS É REQUERIDA UMA FORTE LIDERANÇA!**

## Alguns fatores decisivos para o RLV

- Definir exatamente que cobertura deve ter o RLV para permitir mapear as políticas existentes e, sub-sequentemente, fazer o seu alinhamento
- A localização dos ODS exige que os mesmo estejam perfeitamente em linha com as políticas municipais, as diretivas de execução e os respetivos orçamentos
- Este alinhamento pode ser feito em relação a cada ODS mas também aos cinco clusters de ODS – os 5 P: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias.

# Processo RLV

Planeamento e  
Institucionalização

Coligir  
informação e  
dados

Escrita  
Relatório

Follow-up

# Possível estrutura para o RLV

1. Mensagem de abertura
2. Sumário Executivo
3. Introdução
4. Metodologia do processo de preparação da “Review”
5. Contexto e Políticas facilitadoras
  - a) Relação com o Governo nacional
  - b) Consciencialização para os ODS e para os RLV
  - c) Incorporação dos ODS nos quadros regionais e municipais
  - d) Não deixar ninguém para trás
  - e) Mecanismos institucionais
6. Progresso

# Possível estrutura para o RLV

## 7. Meios para a implementação:

- a) Financiamento
- b) Tecnologia e Inovação
- c) Capacitação
- d) Coerência institucional e política
- e) Parcerias multi-atores
- f) Dados e monitorização

## 8. Conclusões e próximos passos

## 9. Anexos (se necessário)

# Exemplos: Bona

03	Vorwort	
06	Die SDGs im Überblick	
07	Die Agenda 2030: 17 Ziele für nachhaltige Entwicklung, die alle mitnehmen	05
08	Bonn – Internationales Zentrum für Nachhaltigkeit	33
09	Bonn und die Agenda 2030	34
10	Agenda 2030 konkret: die Bonner Nachhaltigkeitsstrategie	39
11	Leitlinien und strategische Ziele bis 2030	
12	Methodik des lokalen Berichts zur Umsetzung der 17 nachhaltigen Entwicklungsziele (Voluntary Local Review)	



## 14 1. Mobilität

15	Beitrag dieses Themenfeldes zur Agenda 2030	
15	Stadt Bonn: Unser Leitbild für das Jahr 2030	
16	Indikatoren zum Themenfeld Mobilität	
19	Praxisbeispiel – JOBWÄRTS Bonn	



## 20 2. Klima und Energie

21	Beitrag dieses Themenfeldes zur Agenda 2030	
21	Stadt Bonn: Unser Leitbild für das Jahr 2030	
22	Indikatoren zum Themenfeld Klima und Energie	
25	Praxisbeispiel – Bonner Klimabotschafter	



## 26 3. Natürliche Ressourcen und Umwelt

27	Beitrag dieses Themenfeldes zur Agenda 2030	
27	Stadt Bonn: Unser Leitbild für das Jahr 2030	
28	Indikatoren zum Themenfeld Natürliche Ressourcen und Umwelt	
31	Praxisbeispiel – BioStadt Bonn	

## 4. Arbeit und Wirtschaft

	Beitrag dieses Themenfeldes zur Agenda 2030	
	Stadt Bonn: Unser Leitbild für das Jahr 2030	
	Indikatoren zum Themenfeld Arbeit und Wirtschaft	
	Praxisbeispiel – Kompetenzzentrum Frau & Beruf Bonn/Rhein-Sieg	



## 40 5. Gesellschaftliche Teilhabe und Gender

41	Beitrag dieses Themenfeldes zur Agenda 2030	
41	Stadt Bonn: Unser Leitbild für das Jahr 2030	
42	Indikatoren zum Themenfeld Gesellschaftliche Teilhabe und Gender	
47	Praxisbeispiel – Bonn macht mit – Bürgerbeteiligung in Bonn	



## 48 6. Globale Verantwortung und Eine Welt

49	Beitrag dieses Themenfeldes zur Agenda 2030	
49	Stadt Bonn: Unser Leitbild für das Jahr 2030	
50	Indikatoren zum Themenfeld Globale Verantwortung und Eine Welt	
50	Praxisbeispiel – Nachhaltige kommunale Finanzanlagen	



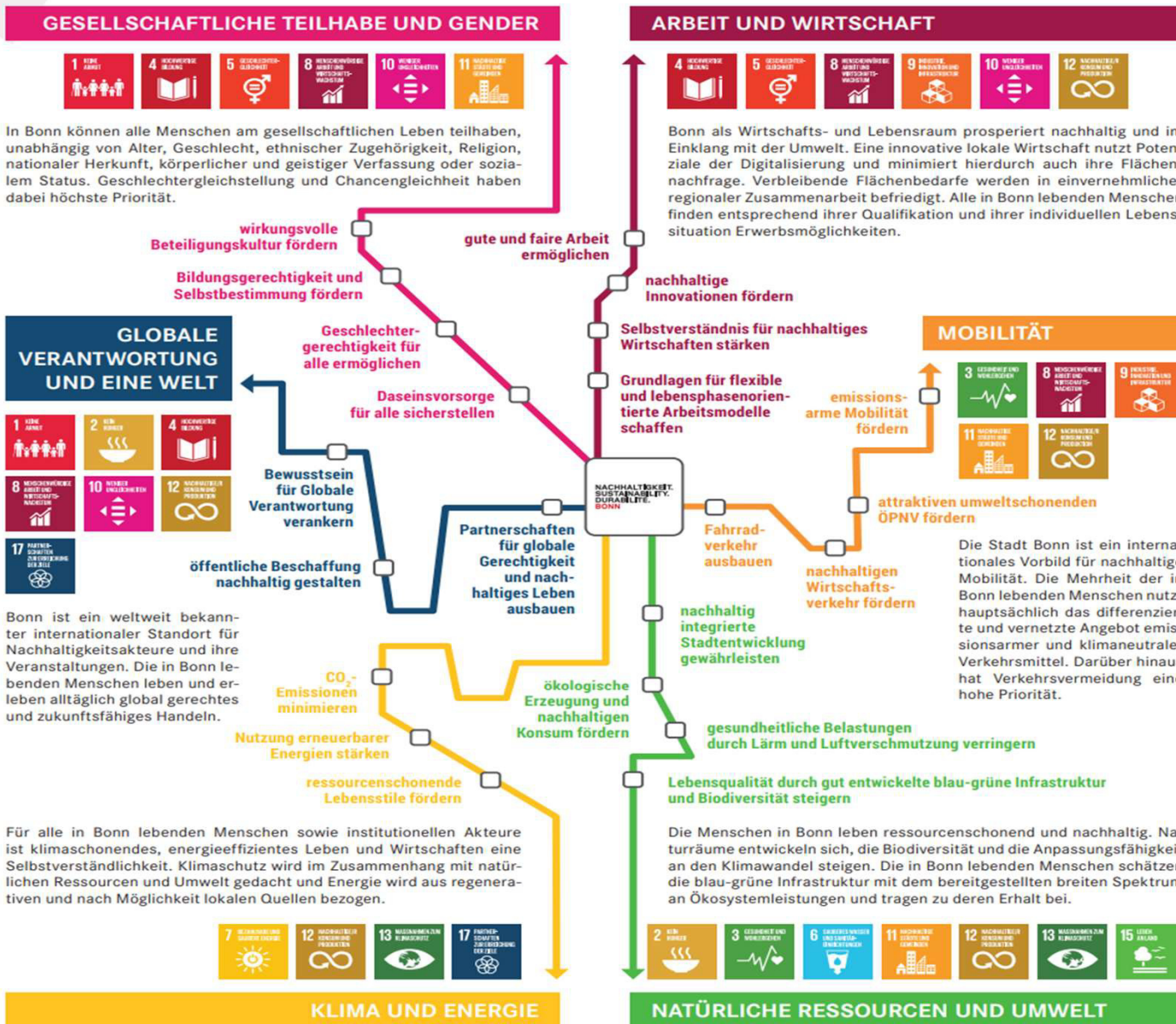
52	Fazit und Ausblick	
53	Zusammenfassender Indikatorenüberblick	



# Exemplos: Bona

- Cidade situada no Reno (Renânia do Norte)
- 327.258 (2019) [Eurostat](#)
- Cidade Internacional para a sustentabilidade
- Para cada eixo prioritário:

ODS envolvidos  
 Dados da situação atual  
 Indicadores e desenvolvimentos esperados para 2030





## Exemplo: Skiathos

- Ilha grega mais a oeste do grupo Sporades Norte, a leste da Península Pelion em Magnesia no continente e a oeste da Ilha Skopelos
- A cidade tem 6000 habitantes



# Exemplo: Skiathos

## Contents

01 / Foreword  
page 04

02 / Skiathos Profile  
page 09

03 / Sustainable Development Goals (SDGs)  
page 12

04 / The Skiathos 2030 Vision  
page 19

05 / A Sustainable Vision: Strategies and Actions  
page 25

06 / Conclusions  
page 85

Our Approach is based on 4 phases:

- **Localisation.** This was the process of adaptation and scaled the SDGs into the Skiathos context and strategy.
- **Gathering data and assessment.** This was the mapping of current actions and plans on Skiathos and their correlation to the SDGs
- **Implementation.** Here, first, we identify and implement actions and prepare the appropriate mechanisms to execute them and, second, we create appropriate Key Performance Indicators (KPIs) to connect our actions' performance with the SDGs
- **Monitoring.** Finally, we established a monitoring mechanism to regularly track our progress toward 'Skiathos 2030', in order to understand what progress has already been made, and to identify where challenges remain.

Skiathos Voluntary Local Review is the first vital component of a long-term process, which is presented in the following figure. VLR represent the three first steps named: Vision – Decide & Commit – Plan.



**Table 1 / The Strategic Goals of Skiathos 2030 Vision**

<p><b>Goal 1:</b> An innovative and complete tourism destination that creates economic growth</p>	
<p><b>Goal 2:</b> A city where everyone lives in prosperity</p>	   
<p><b>Goal 3:</b> A city that manages its cultural heritage creating new value</p>	
<p><b>Goal 4:</b> A city that protects its natural environment</p>	   
<p><b>Goal 5:</b> A city that uses its natural resources sustainably</p>	
<p><b>Goal 6:</b> A city administration that can meet all citizens' needs</p>	

## Para cada ODS selecionado

Goal 1 Um destino turístico inovador e completo que gera crescimento económico

- Estratégias e Ações associadas aos ODS
- Indicadores para monitorização
- Desenvolvimento de cada ação prevista

**Obrigada e bom trabalho!**

Maria João Filgueiras Rauch  
[mariajoao.rauch@gmail.com](mailto:mariajoao.rauch@gmail.com)



ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
**MUNICÍPIOS**  
**PORTUGUESES**

**ANEXO IV**

## **SECÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA OS ODS**

Bragança, 21 de março de 2023

## **RELATÓRIOS VOLUNTÁRIOS LOCAIS**

Estado de Arte





## **SUMÁRIO EXECUTIVO**

Este documento pretende ser uma ferramenta de trabalho para os municípios desenvolverem os seus Relatórios Voluntários Locais (RVL) e possibilita o acesso a uma orientação técnica, relativamente à forma como os municípios podem participar na elaboração do Relatório Nacional Voluntário (RNV).

Em termos cronológicos, refere-se que em 1972 realizou-se, em Estocolmo, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente.

Em 1992, no Rio de Janeiro, a Cimeira da Terra, aprovou aquela que ficaria conhecida como a Agenda 21, numa referência ao século seguinte. Esta agenda consiste num conjunto de objetivos e de instrumentos que visam orientar a ação dos vários níveis de governo.

No ano 2000, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, um documento que resumia em oito blocos um conjunto de políticas que visavam enfrentar os principais problemas da humanidade, considerados de carácter universal e válidos para todos os países.

Com base em algumas cimeiras das quais resultaram documentos orientadores e através de um processo participativo, em 2015, a Assembleia das Nações Unidas aprovou os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que reformulam e expandem os anteriores.

Com 17 objetivos que se desdobram em 169 metas, trata-se de uma formulação consideravelmente mais detalhada, acompanhada de um sistema de indicadores e de avaliações periódicas. Esta agenda, é uma proposta ambiciosa para os estados, servindo de orientação para o trabalho de agências internacionais e organizações não governamentais.

No dia 27 de janeiro de 2023, reuniu na sede da Associação Nacional de Municípios Portugueses em Coimbra, a Secção de Municípios para os ODS.

Considerando-se de extrema importância a implementação dos ODS nos municípios, bem como a





elaboração dos RVL, a Secção entendeu ser necessário nomear um conjunto de relatores, de forma a garantir a necessária transversalidade da abordagem e também de forma a abranger realidades e estados de maturidade distintos no que se refere à monitorização dos ODS a nível local.

Neste sentido foram nomeados os seguintes relatores:

- Câmara Municipal de Angra de Heroísmo;
- Câmara Municipal de Câmara de Lobos;
- Câmara Municipal de Loulé;
- Câmara Municipal de Mafra;
- Câmara Municipal de Matosinhos.

Salienta-se que à data atual (21 de março de 2023) a Secção de Municípios para os ODS é composta por 79 municípios, conforme listagem em anexo I.

## **1. ENQUADRAMENTO**

Hoje em dia, o desenvolvimento enfrenta um paradoxo: um aumento das desigualdades, um aumento da pegada humana e uma maior quantidade de recursos financeiros.

Ainda que existam recursos financeiros e logísticos para erradicar a pobreza, reduzir a pegada Humana e curar o nosso planeta, estes recursos ainda não são utilizados na escala necessária.

Na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável “*Transforming Our World*”, Ban Ki-moon, refere que a agenda 2030 é um plano de ação para as Pessoas, o Planeta e a Prosperidade. É essencial dar passos urgentes e necessários. Entende-se que devemos ser ousados e transformadores para mudar o mundo para um caminho sustentável e resiliente!

Ao embarcarmos nesta jornada coletiva, ninguém fica para trás! Estes passos são integrados e integram as três dimensões do Desenvolvimento Sustentável: a Social, Económica e Ambiental.







Este é um dos maiores desafios que enfrentamos e requer que todos os governos, universidades, empresas, sociedade civil e indivíduos, atuem de forma solidária e criativa para o bem comum.

As cidades estão no centro dos desafios económicos, ambientais e sociais de hoje. Mais de 70% dos cidadãos da UE vivem em áreas urbanas e cerca de 85% do PIB da União Europeia é gerado nas cidades. As áreas urbanas são os motores da economia europeia e atuam como catalisadores de soluções sustentáveis inovadoras, promovendo a transição para uma sociedade com baixo teor de carbono e resiliente. No entanto, são também os locais onde os problemas, como desemprego, segregação, pobreza e poluição são mais graves<sup>1</sup>.

### **1.1 O que é um RVL (relatório voluntário local) e um VNR (relatório voluntário nacional)**

A Comissão Europeia colocou no topo da sua agenda política para os próximos anos, o cumprimento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, pretende-se Europa sustentável para as gerações futuras e implementar uma sustentabilidade competitiva.

Um RVL é um instrumento fundamental para monitorizar os avanços de um território, bem como sustentar a ação transformadora e inclusiva dos atores locais para o cumprimento aos ODS e da sustentabilidade competitiva em particular.<sup>2</sup>

Um Relatório Voluntário Local é um meio para a implementação dos Objetivos de desenvolvimento Sustentável, onde 17 objetivos, as 169 metas e os indicadores associados, são as ferramentas existentes para lá chegar.

Por sua vez, um Relatório Nacional Voluntário (RNV) é um relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.

As Revisões Locais Voluntárias e as Revisões Nacionais Voluntárias são oportunidades para rever decisões políticas, criam sinergias e geram uma maior apropriação dos objetivos. É fundamental garantir que os governos locais e regionais estejam ativamente envolvidos em todas as etapas

<sup>1</sup> SDG Voluntary Local Review Joint Research Centre (2020)

<sup>2</sup> Charlina Vitcheva Director-General (Acting) European Commission Joint Research Centre EU SDGs VLR (2020)





do processo: na definição, implementação, acompanhamento, monitorização das estratégias e prioridades de localização.

Os ODS respondem aos desafios dos nossos tempos e os RVL e o RNV servem para valorizar a qualidade de vida nos nossos municípios e de Portugal.

## **1.2. Elaboração do RVL e participação dos municípios no RNV**

Em 2017, após a apresentação no Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável do primeiro RNV, denominado “Relatório Nacional sobre a implementação da Agenda 2020 para o desenvolvimento sustentável”, Portugal anunciou em setembro de 2022, a vontade de apresentar um exercício subsequente em julho de 2023, nesse mesmo Fórum.

Na sequência desta vontade manifestada pelo Governo Português perante as Nações Unidas, o Conselho de Ministros decidiu estabelecer um modelo de coordenação e acompanhamento da implementação dos ODS, publicada na Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 5/2023, de 23 de janeiro.

Neste âmbito e de acordo com o estabelecido na resolução do Conselho de Ministros, compete ao membro do Governo responsável pela Presidência de Conselho de Ministros, coordenar e acompanhar a implementação dos ODS estabelecidos pela Agenda 2030, que refere que “O RNV2023, mais do que um exercício reflexivo de recolha e reporte de informação, tendo por subjacente uma avaliação crítica dos desafios e progressos registados, deve ser encarado como catalisador para um novo ciclo de governação, articulação e implementação dos ODS, a nível nacional e subnacional (regional e local), perspetivado em duas áreas-chave: (i) dotar os ODS de uma coordenação política e (ii) promover uma abordagem integradora de todos os níveis de governo (*whole-of-government*) e de toda a sociedade (*whole-of-society*).”

Neste sentido ocorreu um périplo por todo o território nacional com o objetivo de: envolver a sociedade civil na elaboração do VNR 2023 e sensibilizar para os objetivos e metas da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.





Este périplo consistiu na organização de assembleias participativas, com cerca de 50 representantes da sociedade civil local que se debruçaram sobre a implementação da Agenda 2030 e que contou com um painel composto por um moderador, três oradores e também um relator da *PlanAPP* (responsável por recolher a informação a incluir no VNR 2023). A organização ficou a cargo da Presidência do Conselho Ministros, em conjunto com os Governos das Regiões Autónomas e as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) e em cada Assembleia, foram sorteadas vagas para cidadãos.

Estas Assembleias Participativas ocorreram nos seguintes locais:

- Algarve – 1 de março – Loulé;
- Madeira – 6 de março – Câmara de Lobos;
- Açores – 11 de março – Faial;
- Norte – 13 de março – Guimarães;
- Alentejo – 17 de março – Alqueva;
- Evento Nacional – 20 de março – Porto;
- Centro – 24 de março – Guarda;
- Lisboa e Vale do Tejo – 29 de março – Palmela.

A RCM n.º 5/2023 criou ainda uma comissão de alto nível denominada Comissão de Acompanhamento, que será responsável pela monitorização e avaliação da implementação dos ODS. Deverá pronunciar-se sobre as atividades a qual, entre outros representantes, tem um representante da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP). A representação da Associação Nacional de Municípios Portugueses na Comissão de Acompanhamento é assegurada pelo Presidente da Câmara Municipal de Loulé e Presidente da Mesa da Secção de Municípios para os ODS da ANMP, Vítor Aleixo.

No âmbito do périplo nacional e da presença de um representante da ANMP na Comissão de Acompanhamento é esperado que as boas práticas municipais apresentadas sejam vertidas no Relatório Voluntário Nacional de 2023.

Caso os municípios tenham alguma sugestão neste âmbito poderão encaminhá-la para a ANMP e





o seu representante na Comissão de Acompanhamento, tratará de dar a conhecer a esta comissão e aos membros do Governo responsáveis pela elaboração do VNR.

### **1.3 Progresso dos RVL nos municípios portugueses**

A ANMP, no âmbito dos trabalhos desenvolvidos pela Secção de Municípios para os ODS, solicitou aos 307 municípios seus associados a colaboração, no sentido de procederem ao preenchimento de um breve questionário, cujas respostas servirão de apoio ao trabalho sobre o envolvimento dos municípios na monitorização da implementação da Agenda 2030 e dos seus 17 ODS, nomeadamente no que diz respeito aos RVL e ao VNR2023 a ser apresentado em julho próximo por ocasião do Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas.

Da análise efetuada aos 115 municípios portugueses que responderam ao questionário, podemos concluir o seguinte:

- 93 municípios colocaram na sua agenda política a temática dos ODS, contudo apenas 46 integraram os ODS no orçamento municipal;
- 65 municípios não dispõem de instrumentos financeiros, sejam municipais, nacionais ou comunitários para a monitorização da concretização dos ODS, apesar do número de municípios que não fixaram meios e indicadores para a monitorização dos ODS ser mais baixo, 57;
- Apenas 43 municípios possuem um plano específico com objetivos e metas relativos à concretização dos ODS. No que concerne a ter uma pessoa/equipa interna dedicada à coordenação e monitorização dos ODS, apenas 48 municípios dispõem de um técnico/equipa dedicada;
- 71 municípios têm conhecimento do que é um VLR e 72 têm conhecimento do que é um VNR. Todavia apenas 21 município dispõe de uma pessoa/equipa interna dedicada à elaboração do VLR;
- Relativamente aos manuais auxiliares existentes de apoio à elaboração dos VLR, 74 municípios desconhecem a existência do manual da Comissão Europeia, aumentando para 94 os municípios que desconhecem a existência de algum outro manual;
- Em março de 2023, aquando da resposta ao questionário, 70 municípios não se





encontravam a desenvolver a elaboração do VLR; 34 municípios encontravam-se a preparar elementos para iniciar a elaboração do VLR; 9 municípios encontravam-se a elaborar o VLR; e 2 municípios já têm o VLR produzido. Nenhum dos municípios tinha o VLR em aprovação pela Câmara Municipal ou Assembleia Municipal – gráfico seguinte.

Em março de 2023, qual o ponto de situação do Município relativamente à elaboração do VLR  
115 respostas

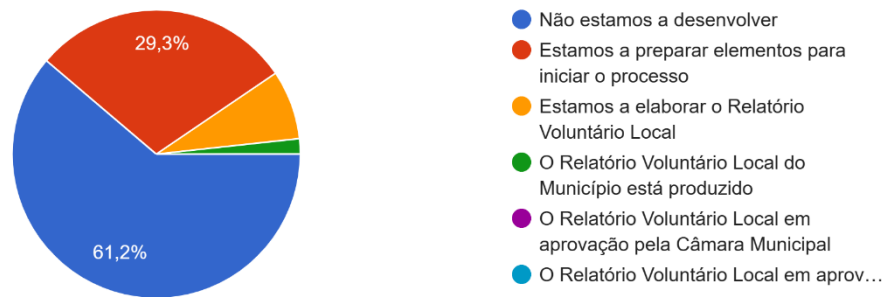


Gráfico 1 - Ponto de situação relativamente à elaboração do VLR

- 72 municípios conhecem o modelo nacional de coordenação e acompanhamento da Agenda 2030, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2023, de 23 de janeiro;
- 91 dos 115 municípios informaram que não foram chamados a participar na redação do próximo VNR, sendo que 93 demonstram interesse em participar na sua elaboração;
- No que se refere à comunicação com os munícipes acerca da contribuição das diversas ações e projetos desenvolvidos pelos municípios para o cumprimento das metas dos ODS, apenas 49 municípios têm essa boa prática implementada;
- Apenas 39 dos 115 municípios desenvolveram ações de formação/capacitação para os seus trabalhadores sobre os ODS e os seus objetivos e metas;
- No que se refere a parcerias com os PALOP no âmbito dos ODS, apenas 12 municípios têm essa parceria estabelecida; e 16 municípios têm alguma outra parceria internacional no âmbito dos ODS;
- Para finalizar, o questionário foi respondido em 30 municípios por membros do executivo municipal, sendo que 10 foram respondidos pelo(a) Presidente da Câmara Municipal e 20





por vereador(a). 85 das respostas obtidas foram elaboradas por técnicos municipais.

No anexo II do presente documento é possível consultar as respostas obtidas.

## **2. CONSTRANGIMENTOS**

No contexto da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável a sua implementação acarreta uma série de potenciais constrangimentos para os municípios, que devem ser tidos em consideração, de forma a minimizá-los e a ser possível a sua implementação com sucesso.

Posto isto, destacam-se os principais constrangimentos identificados para a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e, conseqüentemente, a elaboração do Relatório Voluntário Local (RVL):

- Ausência de um plano específico com os objetivos e metas relativos à concretização dos ODS, ao nível nacional e local, bem como orientações. Só muito recentemente foi publicada a Resolução do Conselho de Ministros nº 5/2023, de 23 de janeiro, que estabelece um modelo de coordenação e acompanhamento da implementação dos ODS;
- Necessidade de inovação e desenvolvimento na definição de metas e objetivos ao nível nacional e local, os quais devem integrar os ODS;
- Necessidade de inovação e desenvolvimento de metodologias que permitam a definição e o desenvolvimento de conceitos e indicadores que retratem de forma fiável a realidade do município;
- Necessidade de investimento em tecnologias que permitam a obtenção e o tratamento de um elevado volume de dados/informação;
- Falta de recursos humanos multivariados e com elevado grau de especialização;
- Necessidade de transversalidade e orientação na recolha e tratamento dos dados, com a necessidade de consolidação de parcerias ao nível interno e externo;
- Custos financeiros acrescidos, no que toca à obtenção e tratamento dos dados e implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas metas;
- Transmissão de conhecimento/comunicação/articulação entre as Unidades Orgânicas;
- Envolvimento do setor privado e outras entidades;
- Resistência à mudança por parte da população;





- Iliteracia relativamente aos ODS, nomeadamente nas instituições, empresas, instituições de ensino e população em geral;
- Falta de informação quanto à implementação dos ODS;
- Dificuldade de integração dos ODS no planeamento de atividades e financeiro;
- Dificuldade de operacionalização devido à complexidade institucional;
- Fraco envolvimento e adesão da população em geral;
- Falta de financiamento;
- Fraca comunicação externa e interna sobre a temática.

### **3. PROPOSTAS DA SECÇÃO**

Serve o presente ponto para apresentar os benefícios de elaboração dos RVL para os municípios<sup>3</sup>, especificamente:

1. Os RVL traduzem os ODS em soluções sociais, económicas e ambientais concretas e fornecem uma linguagem global para questões locais, através da perspetiva dos ODS;
2. Os RVL ajudam as comunidades e os decisores locais a focarem-se nas áreas que exigem mais esforço e apoiam no financiamento e nas tomadas de decisão futuras;
3. Os RVL oferecem às administrações públicas uma ferramenta cognitiva para quebrar silos e facilitar o diálogo (interno e externo);
4. Os RVL envolvem a sociedade civil de forma transparente e participativa;
5. Os RVL promovem o diálogo com outras realidades territoriais ao nível internacional e ajudam a fazer parte de um movimento global para localizar os ODS<sup>3</sup>;
6. Os RVL podem constituir um ponto de partida para o processo de monitorização das ações locais;

---

<sup>3</sup> Localizar os ODS<sup>3</sup> - descrito como o processo de definir, implementar e monitorizar estratégias ao nível local para se atingirem as metas e os objetivos de desenvolvimento sustentável.





**A Secção de Municípios para os ODS da ANMP, no âmbito da elaboração dos RVL, pretende:**

- (1) Dinamizar momentos de capacitação na sessão Plenária para melhor dar a conhecer este instrumento (apresentações realizadas por especialistas e/ou municípios nacionais que já tenham trabalho avançado na elaboração do seu RVL);
- (2) Partilhar, sempre que se justifique relatórios, documentos de relevo e notícias relevantes acerca dos RVL e do VNR;
- (3) Prestar apoio sempre que for solicitado aos municípios no âmbito da elaboração do RVL;
- (4) Desenvolver formação/capacitação interna sobre os ODS e elaboração de RVL;
- (5) Comunicar à Comissão de Acompanhamento o ponto de situação acerca da localização dos ODS nos municípios portugueses, bem como os constrangimentos identificados;
- (6) Integrar os municípios em plataformas capazes de majorar o trabalho dos ODS;
- (7) Recomendar aos municípios a criação nos seus serviços de equipa ou técnico dedicado a esta temática.

#### **4. REFERÊNCIAS DE APOIO**

Para os municípios que pretendem iniciar o seu RVL, seguem abaixo algumas referências de apoio para a elaboração deste documento:

- [European handbook for SDG voluntary local reviews - Publications Office of the EU \(europa.eu\)](http://europa.eu)
- [Manual Rumo 2030 - Rumo a 2030](#)
- [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ONU Portugal \(unric.org\)](http://unric.org)
- [ODS • Objetivos Desenvolvimento Sustentável • BCSD Portugal](#)
- [\(PDF\) Relatório Voluntário Local para Implementar os ODS Os ODS como Bússola para a Recuperação Pós-Covid 4º Seminário Anual CESOP -LOCAL | \(researchgate.net\)](https://www.researchgate.net/publication/351111111)







- [RICD - Redes para o Desenvolvimento](#)
- [Seleção e Adaptação de Metas para a Escala Local - Um ponto de partida para a aplicação dos ODS das Nações Unidas ao nível municipal](#)
- [Manual CGLU para elaboração dos RVL](#)
- [Relatório Voluntário Nacional – Portugal 2017](#)

Existem em Portugal diferentes ferramentas e plataformas às quais os municípios podem aderir, que assentam na mobilização abrangente e intensa de decisores e técnicos municipais, agentes locais e cidadãos em relação aos ODS propostos pelas Nações Unidas na Agenda 2030, e que visam criar um movimento nacional e mobilizar os demais atores públicos e da sociedade civil de forma exponencial e contagiante.

Algumas das plataformas permitem a consulta on-line do diagnóstico do território, obtido através de indicadores e de metas aplicáveis à realidade local, analisados no Índice de Sustentabilidade Municipal (IMS), índice que localiza e mede os ODS nos municípios, traduzindo a localização dos 17 ODS da Agenda 2030 ao nível local). Este diagnóstico, que será o retrato do território à luz dos indicadores evidenciados, permite sublinhar o caminho alcançado e as prioridades a ter em consideração para a concretização dos ODS no município rumo ao Desenvolvimento Sustentável.





## **SECÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

### **MEMBROS DA SECÇÃO** (lista atualizada em 20.04.2023)

- |                       |                        |                            |
|-----------------------|------------------------|----------------------------|
| 1. Alcácer do Sal     | 27. Fafe               | 53. Pedrógão Grande        |
| 2. Aljezur            | 28. Ferreira do Zêzere | 54. Pombal                 |
| 3. Almada             | 29. Figueira da Foz    | 55. Ponte de Lima          |
| 4. Almeida            | 30. Fundão             | 56. Ponte de Sor           |
| 5. Almeirim           | 31. Gondomar           | 57. Porto Moniz            |
| 6. Amadora            | 32. Guimarães          | 58. Póvoa de Varzim        |
| 7. Angra do Heroísmo  | 33. Ílhavo             | 59. Ribeira Brava          |
| 8. Arcos de Valdevez  | 34. Lagoa (Algarve)    | 60. Ribeira Grande         |
| 9. Arronches          | 35. Lagos              | 61. Santarém               |
| 10. Arruda dos Vinhos | 36. Lamego             | 62. Seixal                 |
| 11. Baião             | 37. Leiria             | 63. Sever do Vouga         |
| 12. Batalha           | 38. Loulé              | 64. Sines                  |
| 13. Boticas           | 39. Loures             | 65. Sintra                 |
| 14. Braga             | 40. Mafra              | 66. Tavira                 |
| 15. Bragança          | 41. Maia               | 67. Terras de Bouro        |
| 16. Cadaval           | 42. Matosinhos         | 68. Tomar                  |
| 17. Câmara de Lobos   | 43. Mealhada           | 69. Torres Vedras          |
| 18. Cantanhede        | 44. Mértola            | 70. Vale de Cambra         |
| 19. Carregal do Sal   | 45. Montemor-o-Velho   | 71. Valongo                |
| 20. Cascais           | 46. Mourão             | 72. Vendas Novas           |
| 21. Castelo de Vide   | 47. Odemira            | 73. Viana do Castelo       |
| 22. Celorico de Basto | 48. Odivelas           | 74. Vidigueira             |
| 23. Coimbra           | 49. Oliveira de Frades | 75. Vila Franca de Xira    |
| 24. Condeixa-a-Nova   | 50. Oliveira do Bairro | 76. Vila Nova de Famalicão |
| 25. Entroncamento     | 51. Ovar               | 77. Vila Nova de Foz Côa   |
| 26. Estremoz          | 52. Paredes            | 78. Vila Nova de Poiares   |
|                       |                        | 79. Vila Pouca de Aguiar   |

### **MESA DA SECÇÃO**

(eleita em 11.07.2022)

- PRESIDENTE** Município de **Loulé** (Vítor Aleixo, Presidente da Câmara Municipal)
- VICE-PRESIDENTE** Município da **Bragança** (Miguel Abrunhosa, Vereador)
- VICE-PRESIDENTE** Município de **Torres Vedras** (Laura Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal)
- VOGAL** Município de **Matosinhos** (Manuela Álvares, Vereadora)
- VOGAL** Município de **Câmara de Lobos** (Dina Silva, Vereadora)

## RELATÓRIOS VOLUNTÁRIOS LOCAIS

### RESPOSTAS AO INQUÉRITO

1	Abrantes	40	Lagoa (Algarve)	79	Portel
2	Aguiar da Beira	41	Lagos	80	Portimão
3	Alcoutim	42	Lajes do Pico	81	Porto Moniz
4	Alfândega da Fé	43	Lamego	82	Proença-a-Nova
5	Almada	44	Leiria	83	Ribeira Grande
6	Almeida	45	Lisboa	84	Santa Cruz das Flores
7	Alter do Chão	46	Loulé	85	Santa Maria da Feira
8	Alvito	47	Loures	86	Santa Marta de Penaguião
9	Amarante	48	Lousada	87	São João da Madeira
10	Angra do Heroísmo	49	Machico	88	Sátão
11	Ansião	50	Mafra	89	Seixal
12	Arcos de Valdevez	51	Maia	90	Sertã
13	Arronches	52	Marco de Canaveses	91	Sever do Vouga
14	Azambuja	53	Marinha Grande	92	Silves
15	Baião	54	Matosinhos	93	Sintra
16	Barrancos	55	Mealhada	94	Tavira
17	Batalha	56	Meda	95	Tondela
18	Braga	57	Melgaço	96	Torre de Moncorvo
19	Cabeceiras de Basto	58	Mértola	97	Torres Novas
20	Caldas da Rainha	59	Mesão Frio	98	Torres Vedras
21	Câmara de Lobos	60	Miranda do Douro	99	Trofa
22	Cascais	61	Moita	100	Vale de Cambra
23	Castro Marim	62	Mortágua	101	Valença
24	Celorico da Beira	63	Moura	102	Valença
25	Chamusca	64	Mourão	103	Valongo
26	Condeixa-a-Nova	65	Município de Nelas	104	Vendas Novas
27	Covilhã	66	Murça	105	Viana do Castelo
28	Faro	67	Nordeste	106	Vidigueira
29	Felgueiras	68	Odivelas	107	Vila de Rei
30	Ferreira do Zêzere	69	Oliveira do Bairro	108	Vila do Bispo
31	Figueira da Foz	70	Oliveira do Hospital	109	Vila Franca de Xira
32	Fornos de Algodres	71	Ourém	110	Vila Nova de Cerveira
33	Góis	72	Palmela	111	Vila Nova de Famalicão
34	Golegã	73	Paredes	112	Vila Nova de Foz Coa
35	Grândola	74	Penacova	113	Vila Nova de Poiares
36	Guimarães	75	Pombal	114	Vila Pouca de Aguiar
37	Horta	76	Ponte de Lima	115	Vila Viçosa
38	Idanha-a-Nova	77	Ponte de Sor		
39	Ílhavo	78	Portalegre		